

**HELLY LOPES MEIRELLES  
ARNOLDO WALD  
GILMAR FERREIRA MENDES**

***MANDADO  
DE SEGURANÇA  
E AÇÕES  
CONSTITUCIONAIS***

***39ª edição***  
com a colaboração de  
**MARINA GAENSLY**

Posfácio do  
**Ministro JOSÉ ANTONIO DIAS TOFFOLI**

## **MANDADO DE SEGURANÇA E AÇÕES CONSTITUCIONAIS**

**HEL Y LOPES MEIRELLES**

© 1990 – VERALICE CELIBONIO LOPES MEIRELLES

*1ª ed.: 1967; 2ª ed.: 1969; 3ª ed.: 1975; 4ª ed.: 1976; 5ª ed.: 1978;  
6ª ed.: 1979; 7ª ed.: 1980; 8ª ed.: 1981; 9ª ed.: 1983; 10ª ed., 1985;  
11ª ed.: 1987; 12ª ed.: 1989; 13ª ed., 1ª tir.: 1989; 2ª tir.: 1991; 14ª ed.: 1992;  
15ª ed.: 1994; 16ª ed.: 1995; 17ª ed.: 1996; 18ª ed.: 1997; 19ª ed.: 1998;  
20ª ed.: 1998; 21ª ed., 1ª tir.: 1999; 2ª tir.: 2000; 22ª ed.: 2000; 23ª ed.: 2001;  
24ª ed.: 2002; 25ª ed.: 2003; 26ª ed., 1ª tir.: 2003; 2ª tir.: 2004; 27ª ed.: 2004;  
28ª ed.: 2005; 29ª ed.: 2006; 30ª ed.: 2007; 31ª ed.: 2008; 32ª ed.: 2009;  
33ª ed.: 2010; 34ª ed.: 2012; 35ª ed.: 2013; 36ª ed.: 2014; 37ª ed.: 2016; 38ª ed.: 2019.*

*Direitos reservados desta edição por*  
**MALHEIROS EDITORES LTDA.**  
*Rua Paes de Araújo, 29, conjunto 171*  
*CEP 04531-940 São Paulo – SP*  
*Tel.: (11) 3078-7205 Fax: (11) 3168-5495*  
*URL: www.malheiroseditores.com.br*  
*e-mail: malheiroseditores@terra.com.br*

*Composição*  
PC Editorial Ltda.

Impresso no Brasil  
Printed in Brazil  
07.2022

### **Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

M514m Meirelles, Hely Lopes.  
Mandado de segurança e ações constitucionais / Hely Lopes Meirelles,  
Arnoldo Wald, Gilmar Ferreira Mendes ; com a colaboração de Marina  
Gaensly – 39. ed. – São Paulo : Malheiros, 2022.  
960 p. ; 23 cm.  
  
Inclui bibliografia e índice.  
ISBN 978-65-586-033-6  
  
1. Mandado de segurança Brasil. 2. Ação popular Brasil. 3. Mandado  
de injunção - Brasil. 4. Habeas data - Brasil. 5. Ação civil pública Brasil. I.  
Wald, Arnoldo. II. Mendes, Gilmar Ferreira. III. Título.  
  
CDU 347.919.6(81)  
CDD 347.81077

#### **Índice para catálogo sistemático:**

1. Mandado de segurança : Brasil 347.919.6(81)  
(Bibliotecária responsável: Sabrina Leal Araujo CRB 10/1507)

**Sumário\***

<b>Prefácio da 39ª Edição (ARNOLDO WALD)</b> .....	7
<b>Ao Leitor</b> .....	13

*PRIMEIRA PARTE***MANDADO DE SEGURANÇA**

<b>1. Conceito e legitimidade</b> .....	27
<b>2. Natureza processual</b> .....	32
<b>3. Ato de autoridade</b> .....	33
<b>4. Direito individual e coletivo, líquido e certo</b> .....	37
<b>5. Objeto</b> .....	40
<b>6. Cabimento</b> .....	45
<i>Ato de que caiba recurso administrativo</i> .....	46
<i>Ato judicial</i> .....	47
<i>Ato disciplinar</i> .....	57
<i>Ato de dirigente de estabelecimento particular</i> .....	58
<i>O mandado de segurança e a arbitragem</i> .....	60
<b>7. Prazo para impetração</b> .....	68
<b>8. Partes</b> .....	72
<i>Impetrante</i> .....	73
<i>Impetrado</i> .....	75
<i>Ministério Público</i> .....	82
<i>Terceiro prejudicado</i> .....	84
<b>9. Litisconsórcio, assistência e “amicus curiae”</b> .....	85
<b>10. Competência</b> .....	91
<i>Varas privativas</i> .....	97
<b>11. Petição inicial e notificação</b> .....	98
<b>12. Liminar</b>	
<i>Liminar como medida garantidora do direito</i> .....	102

\* V. o Índice Alfabético-Remissivo no final desta obra.

## 16 MANDADO DE SEGURANÇA E AÇÕES CONSTITUCIONAIS

<i>Caução</i> .....	104
<i>Vigência da liminar</i> .....	110
<b>13. Suspensão da liminar ou da sentença</b> .....	116
<i>Suspensão de liminar</i> .....	121
<b>14. Informações</b> .....	124
<b>15. Sentença</b> .....	126
<b>16. Execução</b> .....	130
<b>17. Recursos</b> .....	135
<b>18. Coisa julgada</b> .....	143
<b>19. Mandado de segurança coletivo</b> .....	145
<b>20. Questões processuais</b> .....	155
<i>Tramitação nas férias forenses</i> .....	155
<i>Julgamento no Tribunal</i> .....	156
<i>Alteração do pedido</i> .....	156
<i>Alteração dos fundamentos</i> .....	157
<i>Arguições incidentes</i> .....	157
<i>Desistência da impetração</i> .....	158
<i>Prevenção de competência e litisconsórcio unitário</i> .....	159
<i>Atendimento do pedido antes da sentença</i> .....	160
<i>Valor da causa</i> .....	161
<b>21. A evolução da legislação referente ao mandado de segurança e a Lei 12.016, de 7.8.2009</b> .....	161
<i>A evolução constitucional</i> .....	162
<i>A evolução legislativa até 2009</i> .....	163
<i>A Lei 12.016/2009</i> .....	165
<i>A arguição de inconstitucionalidade</i> .....	182
<i>Conclusões</i> .....	186
<b>22. O Código de Processo Civil de 2015 e o mandado de segurança</b> .....	187
<i>Processo eletrônico</i> .....	189
<i>Prazos</i> .....	189
<i>Tutela antecipada de urgência e de evidência</i> .....	190
<i>Descabimento da remessa necessária no caso do art. 496, § 4º</i> .....	191

## SEGUNDA PARTE

## AÇÃO POPULAR

<b>1. Conceito</b> .....	193
<b>2. Requisitos da ação</b> .....	196
<b>3. Fins da ação</b> .....	201
<b>4. Objeto da ação</b> .....	204
<b>5. Partes</b> .....	207
<b>6. Competência</b> .....	212

<b>7. Processo e liminar</b>	
<i>Processo</i> .....	215
<i>Liminar</i> .....	216
<b>8. Sentença</b> .....	221
<b>9. Recursos</b> .....	224
<b>10. Coisa julgada</b> .....	226
<b>11. Execução</b> .....	229

TERCEIRA PARTE

**AÇÃO CIVIL PÚBLICA**

<b>1. Conceito e objeto</b> .....	231
<b>2. Legitimação das partes e os poderes do Ministério Público</b> .....	244
<b>3. Foro e processo</b> .....	259
<b>4. Responsabilidade do réu</b> .....	267
<b>5. A ação civil pública no mercado de capitais</b> .....	277
<b>6. A ação civil pública e a defesa do consumidor</b> .....	281
<b>7. A ação civil pública no Estatuto da Criança e do Adolescente</b> .....	286
<b>8. A ação civil pública e as infrações da ordem econômica</b> .....	289
<b>9. A evolução da ação civil pública. Usos e abusos</b>	
<i>Da importância das características do instituto</i> .....	291
<i>Da patologia das ações públicas</i> .....	297
<i>Conclusões</i> .....	314

QUARTA PARTE

**A AÇÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA**

<b>1. Conceito e objeto</b> .....	317
<b>2. A ação de improbidade administrativa e a ação civil pública</b> .....	319
<b>3. A competência para julgamento da ação de improbidade administrativa</b> .....	325
<b>4. As partes e o regime de responsabilidade na ação de improbidade administrativa</b> .....	337
<b>5. Outras questões processuais</b> .....	345
<b>6. Considerações finais</b> .....	354

QUINTA PARTE

**MANDADO DE INJUNÇÃO**

<b>1. O mandado de injunção e a Lei 13.300/2016</b> .....	359
<b>2. Conceito e objeto</b> .....	365
<b>3. Competência, legitimidade e procedimento</b> .....	370

<b>4. Julgamento</b> .....	376
<b>5. Recursos</b> .....	384
<b>6. Execução</b> .....	385

*SEXTA PARTE*

**“HABEAS DATA”**

<b>1. Conceito e objeto</b> .....	387
<b>2. Competência</b> .....	393
<b>3. Legitimação e procedimento</b> .....	394
<b>4. Julgamento e execução</b> .....	396
<b>5. O “habeas data” na Lei 9.507/1997</b> .....	398
<i>O acesso extrajudicial às informações</i> .....	398
<i>O cabimento do “habeas data”</i> .....	401
<i>A ação judicial</i> .....	403
<i>Questões processuais</i> .....	409
<i>Prova pré-constituída</i> .....	409
<i>Limites do procedimento</i> .....	409
<i>Aplicação analógica do Código de Processo Civil</i> .....	410
<i>Recursos e liminar</i> .....	410
<i>Honorários de advogado</i> .....	412
<i>Litisconsórcio e assistência</i> .....	412
<i>Valor da causa e competência</i> .....	412
<i>Desistência e perda de objeto</i> .....	413
<i>Prazo para impetração</i> .....	414
<i>Prevenção</i> .....	414
<i>Coisa julgada</i> .....	414

*SÉTIMA PARTE*

**AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE,  
AÇÃO DECLARATÓRIA DE CONSTITUCIONALIDADE  
E AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE  
POR OMISSÃO**

<b>I FORMAÇÃO DO CONTROLE ABSTRATO DE NORMAS NO BRASIL</b>	
<b>1. Antecedentes</b> .....	417
<b>2. A Constituição de 1988</b> .....	420
<b>3. A Lei 9.868, de 10.11.1999 (alterada pela Lei 12.063, de 27.10.2009), e a Lei 9.882, de 3.12.1999</b> .....	426

**II – AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE**

<b>1. Introdução</b> .....	427
<b>2. Legitimidade</b> .....	427
<i>Presidente da República</i> .....	428
<i>Mesas do Senado e da Câmara</i> .....	432
<i>Governador de Estado/Assembleia Legislativa e relação de pertinência</i> .....	432
<i>Procurador-Geral da República</i> .....	433
<i>Conselho Federal da OAB</i> .....	434
<i>Partidos políticos</i> .....	434
<i>O direito de propositura das confederações sindicais e das entidades de classe de âmbito nacional</i> .....	436
<b>3. Pressupostos de admissibilidade e objeto</b> .....	443
<i>Leis e atos normativos federais</i> .....	445
<i>Leis e atos normativos estaduais</i> .....	453
<i>Leis e atos normativos distritais</i> .....	454
<i>Atos legislativos de efeito concreto</i> .....	455
<i>Direito pré-constitucional</i> .....	459
<i>Incorporação de norma pré-constitucional a diploma pós-constitucional</i> .....	465
<i>Possibilidade de assentar a revogação em sede de ação direta de inconstitucionalidade</i> .....	466
<i>Emenda constitucional e alteração do parâmetro de controle no curso da ação direta de inconstitucionalidade</i> .....	466
<i>A influência da medida cautelar no controle de constitucionalidade e “modulação temporal dos efeitos da declaração de constitucionalidade”</i> .....	468
<i>Proposições legislativas</i> .....	471
<i>Ato normativo revogado</i> .....	471
<i>A problemática dos tratados</i> .....	473
<i>Lei estadual e concorrência de parâmetros de controle</i> .....	476
<b>4. Parâmetro de controle</b> .....	478
<i>Constituição</i> .....	478
<i>Direito federal</i> .....	480
<b>5. Procedimento</b> .....	483
<i>Requisitos da petição inicial e admissibilidade da ação</i> .....	483
<i>Modificação da petição inicial</i> .....	485
<i>Cadeia normativa da norma impugnada</i> .....	486
<i>Intervenção de terceiros e “amicus curiae”</i> .....	489
<i>Informações das autoridades das quais emanou o ato normativo e manifestações do Advogado-Geral da União e do Procurador-Geral da República</i> .....	491

## 20 MANDADO DE SEGURANÇA E AÇÕES CONSTITUCIONAIS

<i>Apuração de questões fáticas no controle de constitucionalidade</i>	492
<b>6. Medida cautelar</b> .....	509
<b>7. Decisão</b> .....	513
<b>III – AÇÃO DECLARATÓRIA DE CONSTITUCIONALIDADE</b>	
<b>1. Introdução</b> .....	513
<i>A Lei 9.868, de 10.11.1999</i> .....	519
<b>2. Legitimidade</b> .....	519
<i>Demonstração da existência de controvérsia judicial na ação declaratória de constitucionalidade</i> .....	520
<b>3. Pressupostos de admissibilidade e objeto</b> .....	525
<i>Leis e atos normativos federais</i> .....	525
<b>4. Parâmetro de controle</b> .....	528
<b>5. Procedimento</b> .....	528
<i>Requisitos da petição inicial e admissibilidade da ação</i> .....	528
<i>Intervenção de terceiros e “amicus curiae”</i> .....	530
<i>Procedimento</i> .....	532
<i>Apuração de questões fáticas no controle de constitucionalidade</i>	532
<b>6. Medida cautelar</b> .....	533
<b>7. Decisão</b> .....	534
<b>IV – AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE POR OMISSÃO</b>	
<b>1. Introdução</b> .....	534
<b>2. Legitimidade</b>	
<i>Considerações preliminares</i> .....	539
<i>Legitimação para agir</i> .....	541
<b>3. Pressupostos de admissibilidade e objeto</b>	
<i>Considerações preliminares</i> .....	542
<i>Omissão legislativa. Considerações preliminares</i> .....	543
<i>Inertia deliberandi</i> .....	545
<i>A omissão parcial</i> .....	547
<i>Casos relevantes de omissão legislativa na jurisprudência do STF</i> .....	551
<i>Omissão de providência de índole administrativa. Exercício de poder regulamentar</i> .....	554
<i>Omissão de medidas ou atos administrativos</i> .....	555
<b>4. Procedimento</b> .....	557
<i>Cautelar</i> .....	559
<i>Procedimento da cautelar na ação direta de inconstitucionalidade por omissão</i> .....	562



<b>5. Decisão</b>	
<i>Considerações preliminares</i> .....	563
<i>Procedimento de tomada da decisão</i> .....	567
<i>Suspensão de aplicação da norma eivada de inconstitucionalidade por omissão parcial e/ou aplicação excepcional</i> .....	567
<i>Suspensão dos processos</i> .....	572
<b>V – AS DECISÕES DO STF NO CONTROLE ABSTRATO DE NORMAS E OS EFEITOS DA DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE</b>	
<i>Procedimento de tomada de decisões</i> .....	572
<i>Declaração de nulidade</i> .....	573
<i>Extensão da declaração de inconstitucionalidade</i> .....	574
<i>A interpretação conforme a Constituição</i> .....	578
<i>Admissibilidade e limites da interpretação conforme à Constituição</i> .....	580
<i>Decisões manipulativas de efeitos aditivos</i> .....	585
<i>A declaração de constitucionalidade das leis</i> .....	589
<i>A declaração de constitucionalidade e a “lei ainda constitucional”</i> .....	591
<i>Declaração de inconstitucionalidade com efeitos “ex tunc” e declaração de inconstitucionalidade com efeitos “ex nunc”</i> .....	592
<i>As decisões proferidas na ação direta de inconstitucionalidade por omissão e sua eficácia mandamental</i> .....	598
<i>A limitação de efeitos e o art. 27 da Lei n. 9.868/1999</i> .....	599
<i>A aplicação do art. 27 da Lei 9.868/1999 na jurisprudência do STF</i> .....	602
<b>VI – SEGURANÇA E ESTABILIDADE DAS DECISÕES EM CONTROLE ABSTRATO DE CONSTITUCIONALIDADE</b>	
<i>Eficácia “erga omnes” e a declaração de constitucionalidade</i> .....	606
<i>Limites objetivos da eficácia “erga omnes”: a declaração de constitucionalidade da norma e a reapreciação da questão pelo STF</i> .....	609
<i>Eficácia “erga omnes” na declaração de inconstitucionalidade proferida em ação declaratória de constitucionalidade ou em ação direta de inconstitucionalidade</i> .....	611
<i>A eficácia “erga omnes” da declaração de nulidade e os atos singulares praticados com base no ato normativo declarado inconstitucional</i> .....	612

## 22 MANDADO DE SEGURANÇA E AÇÕES CONSTITUCIONAIS

<i>A eficácia “erga omnes” da declaração de inconstitucionalidade e a superveniência de lei de teor idêntico .....</i>	613
<i>Conceito de “efeito vinculante” .....</i>	615
<i>Limites objetivos do efeito vinculante .....</i>	618
<i>Limites subjetivos do efeito vinculante .....</i>	624
<i>Efeito vinculante de decisão proferida em ação direta de inconstitucionalidade .....</i>	625
<i>Efeito vinculante da cautelar em ação declaratória de constitucionalidade .....</i>	627
<i>Efeito vinculante da decisão concessiva de cautelar em ação direta de inconstitucionalidade .....</i>	629
<i>Efeito vinculante de decisão indeferitória de cautelar em ação direta de inconstitucionalidade .....</i>	632

## OITAVA PARTE

### ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL

<b>1. Introdução. Origens da lei sobre a arguição de descumprimento de preceito fundamental .....</b>	638
<i>A controvérsia sobre a constitucionalidade da Lei 9.882/1999 .....</i>	641
<i>Incidente de inconstitucionalidade e arguição de descumprimento .....</i>	642
<i>Características processuais .....</i>	648
<i>A arguição de descumprimento de preceito fundamental na jurisprudência do STF .....</i>	649
<b>2. Legitimidade para arguir o descumprimento de preceito fundamental</b>	
<i>Considerações preliminares .....</i>	652
<i>Legitimação ativa .....</i>	654
<i>Controvérsia judicial ou jurídica nas ações de caráter incidental .....</i>	654
<i>Inexistência de outro meio eficaz: princípio da subsidiariedade ..</i>	656
<b>3. Objeto da arguição de descumprimento de preceito fundamental</b>	
<i>Considerações preliminares .....</i>	667
<i>Direito pré-constitucional .....</i>	667
<i>Lei pré-constitucional e alteração de regra constitucional de competência legislativa .....</i>	677
<i>O controle direto de constitucionalidade do direito municipal em face da Constituição Federal .....</i>	679

<i>Pedido de declaração de constitucionalidade (ação declaratória) do direito estadual e do municipal e arguição de descumprimento</i> .....	680
<i>Arguição de descumprimento de preceito fundamental no âmbito estadual</i> .....	680
<i>A lesão a preceito decorrente de mera interpretação judicial</i> .....	682
<i>Contrariedade à Constituição decorrente de decisão judicial sem base legal (ou fundada em falsa base legal)</i> .....	684
<i>Omissão legislativa no processo de controle abstrato de normas e na arguição de descumprimento de preceito fundamental</i> .....	687
<i>O controle do ato regulamentar</i> .....	688
<i>Norma revogada</i> .....	688
<i>Veto do Chefe do Poder Executivo</i> .....	689
<i>Proposta de emenda à Constituição</i> .....	692
<i>Tratado internacional antes da aprovação pelo Congresso Nacional ou antes de sua integração definitiva à ordem interna</i> .....	693
<i>Atos concretos ou omissões</i> .....	695
<b>4. Parâmetro de controle</b>	
<i>Considerações preliminares</i> .....	697
<i>Preceito fundamental e princípio da legalidade: a lesão a preceito fundamental decorrente de ato regulamentar</i> .....	701
<b>5. Procedimento</b> .....	704
<i>Requisitos da petição inicial e admissibilidade das ações</i> .....	704
<i>Informações e manifestações do Advogado-Geral da União e do Procurador-Geral da República</i> .....	705
<i>Intervenção de terceiros e “amicus curiae”</i> .....	706
<i>Apuração de questões fáticas e densificação de informações na ação de descumprimento de preceito fundamental</i> .....	707
<b>6. Medida cautelar</b> .....	708
<b>7. As decisões do STF na arguição de descumprimento</b>	
<i>Procedimento de tomada de decisões</i> .....	710
<i>Técnicas de decisão, efeitos da declaração de ilegitimidade, segurança e estabilidade das decisões</i> .....	711

## NONA PARTE

### **O CONTROLE INCIDENTAL OU CONCRETO DE NORMAS NO DIREITO BRASILEIRO**

<b>1. Introdução</b> .....	713
<b>2. Pressupostos de admissibilidade do controle concreto</b>	
<i>Requisitos subjetivos</i> .....	721
<i>Requisitos objetivos</i> .....	722

## 24 MANDADO DE SEGURANÇA E AÇÕES CONSTITUCIONAIS

<i>Participação de “amicus curiae”, do Ministério Público e de outros interessados no incidente de inconstitucionalidade perante os Tribunais .....</i>	733
<i>Controle incidental de normas e parâmetro de controle .....</i>	736
<i>Controle de legitimidade do direito pré-constitucional: recepção ou revogação .....</i>	737
<b>3. O controle incidental de normas no STF</b>	
<i>Considerações preliminares .....</i>	738
<i>Possibilidade de declaração incidental de inconstitucionalidade pelo STF sem que se verifique a relevância da aplicação da lei ao caso concreto .....</i>	739
<i>“Causa petendi” aberta do recurso extraordinário .....</i>	741
<i>Os meios de acesso ao controle incidental no âmbito do STF .....</i>	741
<i>Aspectos relevantes do recurso extraordinário .....</i>	744
<i>Cabimento .....</i>	748
<i>Tempestividade .....</i>	755
<i>Procedimento .....</i>	756
<i>Interposição simultânea de recurso extraordinário e recurso especial .....</i>	758
<i>O recurso extraordinário contra decisão de Juizados Especiais Federais e contra decisão dos Tribunais de Justiça nos casos repetitivos .....</i>	759
<i>Repercussão geral e controle de legitimidade da decisão judicial em sede de recurso extraordinário .....</i>	764
<i>Controle preventivo de projeto de emenda constitucional em mandado de segurança .....</i>	774
<i>O papel do Senado Federal .....</i>	774
<i>A suspensão pelo Senado Federal da execução de lei declarada inconstitucional pelo STF na Constituição de 1988 .....</i>	784
<i>Repercussão da declaração de inconstitucionalidade proferida pelo STF sobre as decisões de outros Tribunais .....</i>	787
<i>A suspensão de execução da lei pelo Senado e mutação constitucional .....</i>	788
<b>4. Notas peculiares sobre o controle incidental na Constituição de 1988</b>	
<i>Considerações preliminares .....</i>	803
<i>A ação civil pública como instrumento de controle de constitucionalidade .....</i>	803
<i>O controle incidental e a aplicação do art. 27 da Lei 9.868/1999 .....</i>	811
<i>À guisa de conclusão .....</i>	817

## DÉCIMA PARTE

**A REPRESENTAÇÃO INTERVENTIVA**

<b>1. Introdução</b> .....	819
<b>2. Pressupostos de admissibilidade da representação interventiva</b>	
<i>Considerações preliminares</i> .....	823
<i>Legitimação ativa "ad causam"</i> .....	824
<i>Objeto da controvérsia</i> .....	826
<i>Representação interventiva e atos concretos</i> .....	828
<i>Representação interventiva e recusa à execução de lei federal</i> .....	830
<b>3. Parâmetro de controle</b> .....	831
<b>4. Procedimento</b>	
<i>Considerações gerais</i> .....	839
<i>Procedimento da representação interventiva Antecedentes</i> .....	840
<i>Cautelar na representação interventiva</i> .....	842
<b>5. Decisão</b> .....	844
<b>6. À guisa de conclusão</b> .....	849

## DÉCIMA PRIMEIRA PARTE

**A RECLAMAÇÃO CONSTITUCIONAL NO STF**

<b>1. Considerações preliminares</b> .....	851
<b>2. Objeto da reclamação</b> .....	856
<i>A reclamação para preservar a competência do STF</i> .....	856
<i>A reclamação para assegurar a autoridade das decisões do STF</i>	
<i>Considerações gerais</i> .....	865
<i>A reclamação para assegurar o cumprimento de decisão de mérito em ação direta de inconstitucionalidade e ação declaratória de constitucionalidade</i> .....	866
<i>Cabimento da reclamação para preservar a autoridade de decisão do STF em cautelar concedida em ação declaratória de constitucionalidade e em ação direta de inconstitucionalidade</i> .....	872
<b>3. Decisão em arguição de descumprimento de preceito fundamental e reclamação</b> .....	877
<b>4. Decisão em mandado de injunção e reclamação constitucional</b>	880
<b>5. Súmula vinculante e reclamação constitucional</b> .....	882
<b>6. Reclamação e suspensão da execução de lei pelo Senado</b> .....	883
<i>Reclamação, controle de constitucionalidade e possibilidade de revisão de jurisprudência</i> .....	889

<b>7. Procedimento</b>	
Linhas gerais .....	898
<b>8. Conclusão</b> .....	901

*DÉCIMA SEGUNDA PARTE*

**O CONTROLE ABSTRATO DE CONSTITUCIONALIDADE  
DO DIREITO ESTADUAL E DO DIREITO MUNICIPAL**

<b>1. Considerações preliminares</b> .....	902
<b>2. Controle do direito estadual e do municipal na Constituição de 1988 e a coexistência de jurisdições constitucionais estaduais e federal</b> .....	903
<b>3. Concorrência de parâmetros de controle</b> .....	910
<b>4. Parâmetro de controle estadual e questão constitucional federal</b>	
Considerações preliminares .....	912
Recurso extraordinário e norma de reprodução obrigatória .....	913
<b>5. Ação declaratória de constitucionalidade no âmbito estadual</b> .....	916
<b>6. A arguição de descumprimento de preceito fundamental e o controle de atos municipais em face da Constituição Federal</b> .....	918
<b>7. O controle da omissão legislativa no plano estadual ou distrital</b> .....	918
<b>8. O controle de constitucionalidade no âmbito do Distrito Federal</b>	
Considerações preliminares .....	921
A possibilidade de instituição de ação direta no âmbito do Distrito Federal .....	924
<b>9. Reclamação no âmbito estadual</b> .....	927
<b>10. Eficácia “erga omnes” das decisões proferidas em sede de controle abstrato no âmbito estadual</b> .....	929
<b>Posfácio (DIAS TOFFOLI)</b> .....	935
<b>Índice alfabético-remissivo</b> .....	939